



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TERMO DE CONVÊNIO N° 466/2019,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, E A  
PREFEITURA DE BARRA DE SANTANA,  
EM CONFORMIDADE COM O DECRETO  
ESTADUAL N° 33.884 DE 03 DE MAIO  
DE 2013, A LEI N° 8.666/93 E SUAS  
ALTERAÇÕES POSTERIORES, NA FORMA  
ABAIXO.

O **ESTADO DA PARAÍBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob o n° 08.761.124/0001-00, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (SEECT/PB)**, situada na Avenida João da Mata, S/N, Bloco I, 6° andar, Centro Administrativo do Estado, Jaguaribe, João Pessoa - PB, CNPJ n°. 08.778.250/0001-69, neste ato representado pelo Secretário CLÁUDIO BENEDITO SILVA FURTADO, brasileiro, casado, portador do R.G n° 1.038.935 SSP/PB e do CPF/MF n° 653.333.494-87, residente e domiciliado na cidade de João Pessoa/PB, infra-assinada, doravante denominada simplesmente **CONCEDENTE**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTANA**, CNPJ/MF n°. **01.612.535/0001-86**, com sede na Avenida Liberdade, 45, Centro, Barra de Santana, Estado da Paraíba, doravante denominada **CONVENENTE**, por sua titular Prefeita CACILDA FARIAS LOPES DE ANDRADE, brasileira, portadora de RG n°. 1.015.744 SSP/PB, inscrita no CPF/MF sob o n.º 479.005.124-20, residente e domiciliada no município de Barra de Santana- PB, resolvem, em

decorrência do **Processo Administrativo nº 0031519-1/2019**, celebrar o presente Convênio, sujeitando-se aos termos do **Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013**, da **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, alterada pela **Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994**, no que couber, do **Decreto nº 93.872, de 23 dezembro de 1986**, com suas alterações, da **Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997**, da Secretaria do Tesouro Nacional, e suas alterações posteriores, e da Legislação Complementar, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio visa à aquisição de 01 (um) veículo utilitário de carga para uso da Secretaria de Educação do Município de Barra de Santana, no intuito de realizar a distribuição de materiais e insumos entre as unidades escolares das zonas urbana e rural, bem como, visa à aquisição de equipamentos e mobiliários para as Escolas Municipais Professora Maria Oliveira (Distrito de Mororó) e Professora Laura Barbosa Bezerra, conforme plano de trabalho e termo de referência:

Item	Descrição	Valor da Unidade (R\$)	Preço Total
01	Aparelho de Ar Condicionado tipo Split potência de 9000 BTUs	1.250,00	3.750,00
02	Aparelho de Som Tipo Microsystem com CD Player e Conexão USB	250,00	500,00
03	Balança de prato capacidade 15 Kg para uso na alimentação escolar	600,00	600,00
04	Bebedouro purificador de água industrial refrigerado do tipo coluna feito em aço	600,00	1.800,00
05	Botijão de gás tipo P13 padrões da ABNT	200,00	400,00
06	Caixa de som com amplificador interno e conexões Bluetooth e sem fio	1.100,00	1.100,00



07	Carros coletores de lixo com 120 litros em plástico resistente na cor preta	200,00	800,00
08	Computador tipo Desktop (Gabinete/Monitor 18,5 polegadas/Teclado ABNT/Mouse USB/Estabilizador 500VA) Processador mínimo 4,2GHZ 4MB - Memória 8GB - SSD 120 GB - Placa Mãe DDR4	2.986,00	8.958,00
09	Computador tipo Notebook 4GB/500GB/Tela de 15,6 polegadas	2.230,00	4.460,00
10	Conjunto de lixeiras para coleta seletiva com 04 recipientes de 50 litros cada, nas cores amarela (metal), verde (vidro) azul (papel) e vermelho (plástico) sustentados em estrutura de aço com fixação no piso e tampa tipo basculante	520,00	2.080,00
11	DVD Player conexão HDMI, incluindo cabos de conexão	160,00	160,00
12	Fogão de uso doméstico de 04 bocas acendimento elétrico e forno acoplado	700,00	700,00
13	Fogão Industrial com 06 bocas de alta pressão	850,00	850,00
14	Forno Micro-ondas 30 litros (mínimo) linha branca	390,00	390,00
15	Freezer Horizontal 404 litros (mínimo) linha branca	2.000,00	4.000,00
16	Geladeira frost free 410 litros (mínimo) linha branca	1.900,00	5.700,00
17	Impressora Multifuncional Jato de Tinta com Impressão em Rede e Conexão Wireless	2.500,00	2.500,00
18	Liquidificador Industrial de 8 litros com copo em aço inoxidável	590,00	1.180,00
19	Liquidificador de uso doméstico 02 litros (mínimo) linha branca	190,00	380,00
20	Lixeira para Coleta de Lixo Orgânico de 80 litros (mínimo), com tampa tipo basculante e na cor	200,00	800,00

*[Handwritten signature]*  


	marrom		
21	Projektor (Datashow) com conexão HDMI de 3300 Lumens (mínimo), com cabos de conexão ao computador incluídos	1.908,00	1.908,00
22	Quadro Branco Tipo Lousa 3,00x1,20m com moldura em alumínio	430,00	3.010,00
23	Quadro Mural de Feltro 0,90x0,60m com moldura em alumínio	100,00	800,00
24	Televisão de 50 polegadas UHD 4K	2.100,00	4.200,00
25	Armário em Aço 1,98x0,90m, com 0,40m de profundidade e 04 prateleiras, pintura tipo epóxi, com pés em plástico, cor cinza	850,00	11.050,00
26	Armário Suspenso em Aço para Materiais de Primeiros Socorros	600,00	600,00
27	Arquivo em Aço com 04 Gavetas, chave, pintura tipo epóxi, 1,36x0,47m e 057 de profundidade, cor cinza	550,00	6.050,00
28	Birô com 02 gavetas 1,20x0,60m, com chave, espessura de 18mm no tampo, cor cinza	300,00	3.000,00
29	Birô simples sem gavetas 0,90x0,60m espessura de 18mm no tampo, cor cinza	186,00	1.674,00
30	Cadeira fixa com encosto e assento em espuma injetada, tubo de 7/8', estrutura preta e tecido de forro azul	110,00	3.630,00
31	Cadeira Tipo Secretária com encosto e assento em espuma injetada, regulagem de altura e tecido de forro azul	210,00	2.100,00
32	Carteira Escolar com estrutura em ferro preta, assento, encosto e prancheta em plástico azul	170,00	53.550,00
33	Estação de Trabalho em "L", com conexão incluída, 02 gavetas,	550,00	1.100,00



	espessura de 18mm no tampo, cor cinza		
34	Estantes em Aço com 06 prateleiras, 1,98x0,90m e 0,30m de profundidade	190,00	3.040,00
35	Longarina de 03 lugares. Com assento e encosto em plástico azul e estrutura dupla de sustentação em ferro	290,00	1.740,00
36	Mesa Retangular para Reunião 2,00x1,00m, espessura de 18mm no tampo, cor cinza	480,00	1.440,00
37	<p>Veículo utilitário de carga, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cor Branca</li> <li>• Motor mínimo de 1.4 cv</li> <li>• Ar condicionado de série</li> <li>• Chave tipo canivete</li> <li>• Direção hidráulica</li> <li>• Faróis de neblina</li> <li>• Freio a disco nas 04 rodas</li> <li>• Freios ABS</li> <li>• Jogo de tapetes emborrachado</li> <li>• Para-choques em preto fosco</li> <li>• Proteção integral da caçamba</li> <li>• Rodas de aço aro 15" (mínimo)</li> <li>• Santantônio (aro de proteção da cabine) e grade protetora da janela traseira</li> <li>• Tampa de caçamba com amortecedor e chave</li> <li>• Travamento elétrico com controle remoto</li> <li>• Vidros elétrico em 02 portas</li> </ul>	60.000,00	60.000,00
<b>Total dos Itens</b>			<b>R\$ 200.000,00</b>

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A consecução do objeto deste Convênio foi orçada em **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)** cabendo a parte **CONCEDENTE**



disponibilizar recursos financeiros no montante de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)** com recursos provenientes da Classificação Orçamentária número (05937 22101.12.361.5006.4870.00000000287.44405200.11200), RO 03232, que serão repassados à parte **CONVENENTE**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

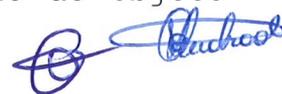
Para execução do objeto previsto neste Instrumento, cabem aos partícipes as seguintes obrigações:

#### **I - Por parte da CONCEDENTE**

- Repassar para a parte **CONVENENTE** os recursos necessários à execução do presente Instrumento, de acordo com o Plano de Trabalho, parte integrante do presente instrumento;
- Acompanhar e fiscalizar a fiel execução do serviço, tomando as medidas necessárias para evitar a descontinuação das atividades e, podendo, a qualquer tempo, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabíveis;
- Conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução do objeto, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pela mesma, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- Designar representante da Administração que acompanhará a execução física do objeto, disponibilizando todas os meios necessários para a fiscalização da execução do convênio.

#### **II - Por parte da CONVENENTE**

- Movimentar os recursos financeiros repassados pela **CONCEDENTE**, exclusivamente em conta específica vinculada ao presente Convênio, contabilizando na forma da legislação vigente, destinando os recursos especificamente à consecução do objeto deste Instrumento;



- Acompanhar a execução de presente Convênio, com vistas a informar à **CONCEDENTE** quaisquer anormalidades que possam ocorrer no decorrer do cumprimento do objeto.
- Utilizar os recursos do presente Convênio exclusivamente na execução do seu objeto, em observância ao Plano de Trabalho, parte Integrante deste Instrumento;
- Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, inclusive com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação na participação de órgãos ou entidades;
- Manter à disposição da parte **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos do Controle Externos, pelo prazo mínimo de cinco anos, toda a documentação relativa ao Convênio, a partir do término de sua vigência;
- Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma do art. 53 do Decreto Estadual nº 33.884/2013;
- Apresentar à parte **CONCEDENTE** relatórios de execução físico-financeira e das atividades desenvolvidas como também balancetes e extratos bancários e dos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras;
- Devolver à parte **CONCEDENTE** o saldo eventualmente existente na data do encerramento do presente Convênio, corrigido monetariamente, desde a data do recebimento dos recursos, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável;
- Recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor correspondente a rendimentos de aplicação financeira, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito aplicação;



- Manter placa visível com as informações do convênio;
- Manter sob sua guarda e em perfeito estado os documentos relacionados ao convênio, nos termos do inciso XIII do art. 11 do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A **CONVENIENTE** fica obrigada a, no o prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do presente Instrumento, prestar contas sobre a execução do objeto pactuado, especialmente por meio de:

I - cópia do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente;

II - cópia do Termo de Convênio ou Termo Simplificado de Convênio e seus aditivos;

III - cópias das notas de empenho e das respectivas ordens de pagamento expedidas;

IV - comprovação de prestação de contas correspondentes às parcelas recebidas;

V - notas fiscais ou faturas, recibos e outros comprovantes de despesas, que deverão corresponder apenas às despesas feitas dentro do período de vigência do convênio;

VI - Relatório da execução físico-financeira, conforme modelo constante do Anexo III do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;

VII - comprovante de aviso de crédito;

VIII - demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos, de acordo com o modelo constante do Anexo IV do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;

IX - relação de todos os pagamentos apresentados sob a forma do modelo constante do Anexo V do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013.



X - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso, de acordo com o modelo constante do Anexo VI de Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;

XI - relação de treinados ou capacitados, quando for o caso, de acordo com o modelo constante do Anexo VII do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;

XII - relação dos serviços prestados, quando for o caso, de acordo com o modelo constante do Anexo VIII do Decreto 33.884 de 03 de maio de 2013;

XIII - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver, à conta indicada pelo concedente ou Guia de Recolhimento, quando o valor for recolhido diretamente ao Tesouro Estadual;

XIV - demonstrativo de conciliação de saldos bancários com a apresentação do respectivo extrato da conta bancária específica do período de vigência do convênio, na forma do modelo constante do Anexo IX do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;

XV - demonstrativo dos rendimentos da aplicação financeira segundo o modelo do Anexo X do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;

XVI - cópia do Termo de Aceitação Definitivo da Obra, quando for o caso;

XVII - cópia(s) do(s) despacho(s) adjudicatório(s) e homologação(ões) da(s) licitação(ões) realizada(s) ou justificativa(s) de dispensas(s) ou inexigibilidade(s);

XVIII - declaração do setor contábil do órgão ou entidade, quanto à idoneidade da documentação apresentada - segundo o modelo contido no Anexo XI do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;

XIX - comprovação da comunicação do convênio ou do aditivo ao Poder Legislativo competente para fiscalização da aplicação dos recursos envolvidos, conforme o caso;

XX - decisão(ões) administrativa(s) de homologação ou recusa, total ou parcial, de cada prestação de contas parcial apresentada, indicando, no caso de recusa, as providências saneadoras adotadas;

XXI - termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter sob sua guarda e em perfeito estado os documentos relacionados ao convênio, nos termos do inciso XIII do art. 11 do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013.

XXII - restituição de eventual saldo de recursos ao concedente ou ao tesouro estadual, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:

- a) Quando não for executado o objeto da avença;
- b) Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
- c) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio.

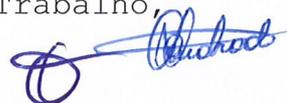
#### **CLÁUSULA QUINTA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

A Tomada de Contas Especial somente deverá ser instaurada depois de esgotadas as providências administrativas a cargo do concedente pela ocorrência de algum dos seguintes fatores:

I - a prestação de contas do convênio não for apresentada no prazo convencionado; e

II - a prestação de contas do convênio não for aprovada em decorrência de:

- a) Inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
- b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;
- d) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver sido recolhida na forma prevista no Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;
- e) não utilização, total ou parcial, dos rendimentos da aplicação financeira no objeto do Plano de Trabalho.



quando não recolhidos na forma prevista no Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013;

f) não devolução de eventual saldo de recursos; e

g) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento da boa e regular aplicação dos recursos.

A Tomada de Contas Especial será instaurada, ainda, por determinação dos órgãos de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado, no caso de omissão da autoridade competente em adotar essa medida.

A instauração de Tomada de Contas Especial ensejará:

I - a inscrição de inadimplência do Conveniente pela CGE;

II - o registro daqueles identificados como causadores do dano ao erário na conta "DIVERSOS RESPONSÁVEIS" do SIAF.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente destacada a participação da parte **CONCEDENTE** e da parte **CONVENIENTE**.

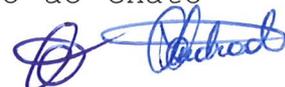
#### **SUBCLÁUSULA ÚNICA**

Fica vedado aos partícipes utilizar, nas ações resultantes deste Convênio, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser renovado através de Termo Aditivo específico, na forma da legislação em vigor.

A concedente tem a obrigação de prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato



período do atraso verificado.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

A **CONCEDENTE** providenciará, como condição de eficácia, a publicação do extrato deste Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

Este instrumento poderá, a qualquer tempo de sua vigência, sofrer alterações objetivando modificar as situações criadas, desde que razões de natureza legal, formal, regulamentar, preservando-se de qualquer alteração o objeto expresso na Cláusula Primeira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA**

Este Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionatória dos denunciantes.

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

Em sendo evidenciados pelo órgão concedente dos recursos ou pelos órgãos de controle, quando da denúncia ou rescisão do instrumento, vícios insanáveis que impliquem danos ao erário,



deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial.

Constitui motivo para denúncia do convênio, independentemente de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

I - utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;

II - aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no art. 19 do Decreto 33.884 de 03 de maio de 2013;

III - falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO E DA RESCISÃO**

As partes convenientes poderão aditar o presente convênio, mediante comunicação prévia e escrita, no prazo mínimo de 30(trinta) dias do fim de sua vigência, sendo caso de rescisão os atos que impliquem em inadimplência das obrigações do referido convênio.

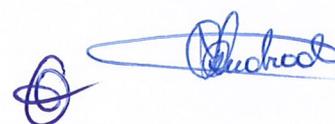
O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer dos partícipes, que ficarão responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não havendo obrigação de permanência nem sanção ao denunciante.

Constituem motivos para rescisão do Convênio:

I - Inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

III - Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.



A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS VEDAÇÕES**

É vedada a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I. A realização de despesas a título de taxa administrativa, de gerência ou similar;

II. Pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrito Federal ou Municipal, que seja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes;

III. O aditamento de alteração do objeto ou das metas;

IV. Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

V. Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

VI. Atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

VII. Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

VIII. Transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IX. Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

X. Pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do Estado ou dos municípios, nos termos do Inciso X do artigo 167 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

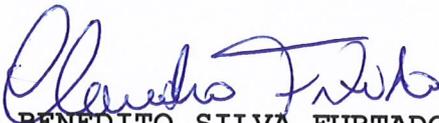
XI. Convênio com prazo de vigência indeterminado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Para a solução de quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Convênio, em relação às quais não seja possível um entendimento amigável, as partes elegem o Foro da Justiça Estadual na cidade de João Pessoa/PB, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando assim justes e acordes, firmam o presente em duas vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

João Pessoa - PB, 27 de dezembro de 2019

  
CLÁUDIO BENEDITO SILVA FURTADO  
Secretário de Estado da Educação  
e da Ciência e Tecnologia

  
CACILDA FARIAS LOPES DE ANDRADE  
Prefeito de Barra de Santana

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_ CPF

2) \_\_\_\_\_ CPF